

--- ACTA DA SEGUNDA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT) -----

--- Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro reuniu a Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sala de reuniões da CULT, na sequência de convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem de Trabalhos antecipadamente divulgada junto de todos os seus membros. -----

--- Os trabalhos tiveram início pelas 21 horas, tendo o Senhor Presidente da Assembleia dado as boas vindas a todos os presentes. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Assembleia:-----

--- **PONTO UM** - Apreciação na especialidade e votação do Regimento da CULT; -----

--- **PONTO DOIS** - Constituição de Comissões; -----

--- **PONTO TRÊS** - Apreciação e votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2005. -----

--- Estiveram presentes os seguintes deputados: Ana Benavente, Ana Filomena Figueiredo Reis, Ana Isabel Casquinha, António Albano Freire de Carvalho, António Joaquim Veríssimo Pisco, António Pratas Cardoso, Arlino Ferreira Santos, Armindo Castelo Bento, Bruno Miguel Medinas, Eurico M. Guerra Saramago, Francisco Alberto Santos Jerónimo, Francisco Dias Ferreira, Francisco Miguel B. Madeira Lopes, Helder Nuno Pombo, Isabel Maria Pinto de Almeida, João Carlos Alves Fernandes, João Carlos Costa das Neves, João Dinis dos Santos, João Sequeira Fróis Figueiredo, José Santo Alfaiate, José Faustino Carrinho, José Joaquim de Jesus Brás, José Luís Marques Cabrita, José Manuel F. Rosário, José Paulo de Carvalho Pereira, Júlio Carmo Cabecinha Rosado em substituição do deputado da Coligação Democrática Unitária José da Fonseca Nobre, Leonel Martinho do Rosário, Luís António de Oliveira Martins, Luísa Pinheiro Portugal, Manuel Santos Coelho, Nuno Mário

Antão, Pedro José Duarte Rodrigues, Vasco Luís Pimenta de Aguiar e Vera Lúcia Pedro Noronha .-----

--- **A Mesa** da Assembleia teve a seguinte constituição:

--- **Presidente** - José Miguel Correia Noras; **Vice-Presidente** - Arlino Ferreira dos Santos; **Vice-Presidente** - António Pratas Cardoso.-----

--- **Presenças do Executivo** - Estiveram presentes o Presidente Joaquim José Gameiro de Sousa Gomes, o Vice-Presidente Paulo Alexandre Varela Simões Caldas e o Vice-Presidente António José Ganhão.-----

--- **Período Antes da Ordem do dia**-----

--- Foi analisada a deliberação da Assembleia da República que visou integrar a Freguesia do Pombalinho no Concelho da Golegã, sem ouvir a população, nem a totalidade dos seus legítimos representantes nos órgãos locais, alterando, de forma significativa, as delimitações da Freguesia da Azinhaga e do Concelho de Santarém.-----

--- Sobre este assunto, usou da palavra **o deputado João Dinis dos Santos** que disse que o Deputado da Assembleia da República Herculano Gonçalves nunca foi à Golegã, nunca foi à Azinhaga. Na Câmara, a maioria está contra este tipo de atitude, a Assembleia da Azinhaga também está contra o projecto. -

--- A esmagadora maioria dos membros da Assembleia, senão 100%, está contra este tipo de atitude. Como se decide à revelia dos órgãos democráticos, legítimos representantes das populações? Deixou o seu voto de protesto e acha que o Senhor Deputado Herculano Gonçalves, com toda a legitimidade que tem, devia ir à Golegã, conhecer, em pormenor, o que é que se passa e ouvir os órgãos representativos das populações.-----

--- Usou da palavra **o deputado Bruno Medinas** que disse que, independentemente do método que foi utilizado, o que é certo é que a população do Pombalinho se depara, há vários anos, com vários problemas. As escolas que os alunos frequentam são do Pombalinho, os assuntos que têm de tratar, geralmente, têm de vir à Golegã, os transportes escolares são da Golegã. Não podem esquecer a função de todos na vida pública, que é facilitar,

desenvolver e promover a melhoria da vida dos cidadãos. Isto já se passa, há décadas. Se os órgãos competentes, até esta data, não tomaram nenhuma iniciativa para resolver o problema à população do Pombalinho, se a própria população do Pombalinho ainda não se manifestou, a forma pode não ter sido a mais correcta. Agora o problema existe e não é sendo olhado de uma forma paternalista, como acontece com a Câmara de Santarém que não abre mão de uma Freguesia, mas não resolve os problemas da sua própria Freguesia. Discorda do método que foi utilizado, mas o que é certo é que há um problema, de facto, na Freguesia do Pombalinho e nos eleitores e cidadãos locais, porque é com a Câmara da Golegã que resolvem a maioria dos seus problemas. Uma coisa é estar a pedir os votos aos cidadãos e a contar com eles, prometendo que lhes resolvemos os problemas e outra coisa é não lhes resolvermos os problemas. -----

--- **O deputado João Dinis dos Santos** referiu haver uma vontade expressa -- dos cidadãos do Pombalinho em transitarem para o Concelho da Golegã, há décadas, até pela proximidade geográfica, e depois, com a criação do agrupamento vertical de escolas da Golegã, onde foram integradas as Escolas Primárias do Pombalinho e os Jardins de Infância. Mas, em todo o caso, há um problema grave que foi a desanexação de territórios da Azinhaga. Neste momento, com o novo Projecto-Lei aprovado, o Pombalinho fica quase tão grande ou maior do que a Freguesia de Azinhaga. Isto é grave, porque retira fundos à Freguesia de Azinhaga e vai contra todas as vontades. O que tinha sido discutido nos últimos anos, em relação a esta questão, tinha a ver com uma rua do Pombalinho que é pertença da Freguesia de Azinhaga. Tem havido uma luta grande, em relação a esse bocadinho de rua. O problema que se põe, neste momento, é que isto foi feito à revelia da população de Azinhaga, a desanexação de um terreno de dimensões bastante consideráveis, que vai retirar muitos fundos à Freguesia de Azinhaga e vai criar problemas graves entre as populações das duas Freguesias e entre os Concelhos de Santarém e

da Golegã. Em todo o caso, porque é cidadão residente e natural da Freguesia de Azinhaga, acha que o assunto não foi tratado com o cuidado que merecia.----

---Azinhaga ficou, de facto, reduzida no seu território e nos seus direitos, numa Freguesia com um passado com História, que tem um património muito rico. Ficou lesada num terreno que lhe pertencia, por iniciativa de um deputado da Assembleia da República, e depois da Comissão responsável pela averiguação destas situações ter, pura e simplesmente, ignorado a opinião das pessoas que estão no terreno. Mais grave que isto, acrescentou ainda, que no novo mapa geográfico há uma zona da Freguesia de Azinhaga que vai ficar dividida ao meio: uma rua vai ficar a pertencer uma parte à Azinhaga e outra ao Pombalinho, com a agravante das casas estarem a meio caminho entre as duas fronteiras das Freguesias. Se havia um problema com a Rua do Casal Centeio, passou a haver um problema com o lugar de Mato Miranda, que era pertença da Freguesia de Azinhaga. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal José Miguel Noras** disse que gostaria de comentar a apreciação efectuada, quando é referido que a Câmara de Santarém evidencia uma posição paternalista, por um lado, e, por outro, não resolve o problema das populações. As pessoas são livres de pensarem o que entenderem. Mas quem é que edificou os equipamentos no Pombalinho? As captações de água? O abastecimento de água e o saneamento é da Golegã? Ainda que fosse, o problema não é esse. Santarém correspondeu sempre àquilo que foi um imperativo das exigências do desenvolvimento no que toca ao Pombalinho, como em Alcanede. A questão é que, a haver uma dança territorial, as pessoas, para além dos órgãos locais, deveriam ser ouvidas sob a forma de referendo local. Faz todo o sentido. Eu não posso amanhã passar para o Concelho do Cartaxo, estando aqui em Santarém. Só porque estamos, por exemplo, mais relacionados com o Cartaxo, não vamos agora mudar porque a Misericórdia é do Cartaxo ou é da Golegã, ao sabor desses enquadramentos. Talvez seja um pouco superficial dizer que não se cumpriu isto e aquilo. É uma das Freguesias que tem saneamento, uma ETAR extremamente modernizada,

tem abastecimento de água, tem bons equipamentos desportivos, culturais, ruas completamente asfaltadas, não falta iluminação em quase nenhum dos sítios. Fazer isto, ultrapassa o nível que é exigível a uma autarquia municipal, como é o caso de uma Câmara.-----

--- Quanto ao método, as Assembleias, e concretamente a de Santarém, foi ouvida e, no seu critério, deliberou pronunciar-se desfavoravelmente. Ainda que se venha agora reclamar que a Assembleia da República não tenha a legitimidade para apresentar aquilo que queira – até pode pretender que a capital do Ribatejo passe a ser em Castelo Branco, ou na Covilhã ou em Espanha, pode propor aquilo que entender. Julga que é um pouco contraditório que, ouvindo as posições dos órgãos deliberativos, não se tenha agido em conformidade. Também faz suas as palavras de quem evidenciou o mais vivo repúdio e a maior das indignações, justamente por isto ter sido feito em contradição com aquilo que eram as posições emanadas dos órgãos de direito e sem ouvir as populações. Não sabemos se as populações querem ir para a Golegã ou ficar em Santarém. É isso que está em causa. As acusações aos Municípios, que já têm tantas dificuldades com a exiguidade das verbas, não lhe parecem muito cordiais, da parte desta assembleia. -----

--- Usou da palavra **o deputado Bruno Santos** que explicou que, quando se referiu à resolução de problemas, tinha a ver com a delimitação e com a vontade da população pertencer ao Concelho da Golegã, porque é lá que resolvem a maioria dos seus problemas. Quando se referiu a problemas não era quanto à resolução de problemas de saneamento nem de outras vertentes. Disse ainda que, em termos de desenvolvimento, seria bom analisar o desenvolvimento que a Freguesia de Azinhaga tem e que a Freguesia do Pombalinho tem. Embora haja a resolução dos tais problemas, os desenvolvimentos são completamente diferentes, em seu entender. -----

--- **O Presidente da Assembleia José Miguel Noras** referiu que, a partir de 1990, este problema colocou-se e os autarcas evidenciaram sempre bom senso. A prova é que o Presidente da Golegã na altura, o Dr. Manuel Madeira,

conseguiu, com a Câmara de Santarém, efectuar um protocolo de consultas prévias, sempre que, na área onde se punha alguma indefinição territorial dos limites, qualquer uma das autarquias interviesse. Ou seja, sempre que Santarém ou a Golegã exercessem qualquer intervenção ou promovessem equipamentos ou investimentos naquela zona, consultavam-se mutuamente. A questão ali é se o limite é no meio da rua ou na extremidade da rua. Aqui, amputou-se a Freguesia e ficou o problema da fronteira resolvida. É uma questão que, digamos, deixou mal disposta a Freguesia da Azinhaga, porque também ali houve um corte significativo. Do seu ponto de vista não é assim que se resolvem os problemas. Ou seja, entre resolver mal e levar mais algum tempo e resolver bem, prefere a última hipótese. -----

--- **O Presidente da Junta da CULT Sousa Gomes** pediu a palavra para dizer que esta questão não é única na Comunidade Urbana da Lezíria. Aquilo que é pontual hoje, em relação ao Pombalinho, provavelmente, para o ano, poderão estar a fazer as mesmas críticas em relação a um outro lugar. Quando um lugar está dividido entre dois ou mais Concelhos traz inconvenientes em várias situações, como nos transportes escolares, nos equipamentos escolares, no abastecimento público de água, no saneamento, na recolha dos resíduos, etc. Aquilo que propõe é que a Assembleia e a Mesa considerasse, numa das Comissões que vier a formar, uma Comissão que pondere, atempadamente, a questão do reordenamento do território, no que diz respeito aos lugares que, neste momento, estão divididos entre mais do que um Concelho e, em conjunto com as Câmaras e com as populações locais, entenda fazer propostas que tragam vantagens para todos. -----

--- **O deputado João Dinis dos Santos** perguntou se seria pertinente que pudesse sair desta Assembleia uma moção de repúdio a enviar à Assembleia da República e aos órgãos nacionais sobre esta matéria e sobre aquilo que foi aprovado, no dia anterior, na Assembleia da República. -----

--- **O Presidente da Mesa José Miguel Noras** disse estar a redigir um texto nesse sentido.-----

Passou de seguida, a outra moção, que passou a ler, para não ficarem eternamente na questão do Pombalinho. -----

--- A proposta é apresentada pelo deputado da CDU, Manuel Coelho, e tem os seguintes considerandos.-----

--- Considerando que o IC10 e o IC13 são vitais para o desenvolvimento da região e muito em particular para resolver o problema das acessibilidades a Coruche, nomeadamente a nova travessia do Vale do Sorraia;-----

--- Considerando ainda a urgente necessidade destas obras;-----

--- Considerando que o PIDDAC para 2005 não prevê qualquer verba para o arranque destas vias;-----

--- Considerando que estas obras são velha aspiração dos autarcas de vários Concelhos e das respectivas populações e têm sido adiadas pelos sucessivos Governos, a Assembleia da CULT, reunida em sessão ordinária de 10 de Dezembro de 2004, delibera, por proposta do grupo da CDU: -----

--- 1 – Manifestar o seu descontentamento pela falta de interesse do Governo na resolução destes problemas; -----

--- 2 – Exigir a inclusão das obras do IC10 e do IC13 no próximo PIDDAC. -----

--- Consta também na moção a recomendação para enviar a mesma ao Ministério das Obras Públicas, ao IEP, à Direcção de Estradas de Santarém, à Comissão das Obras Públicas, aos Transportes e Comunicações da Assembleia da República, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais da CULT, Junta da CULT e Comunicação Social. -----

--- Esta é uma proposta de moção que também já está sobre a mesa. A outra pode ser considerada nos termos exactos em que foi formulada. Portanto, uma proposta de repúdio e de indignação, relativamente ao método seguido para tentar resolver um problema que aqui foi apresentado. -----

--- Perguntou, depois, quem desejaria intervir sobre a última moção. -----

--- **O Sr. Deputado Pedro Rodrigues** disse que se revê mais na posição do Senhor Presidente da Câmara de Almeirim. Parece-lhe prematuro estar a apresentar e a votar moções, sem haver um estudo por parte das futuras

comissões. Não se sente, neste momento, à vontade, para votar moções sobre a Freguesia que foi falada, nem sobre o IC10 e IC13, sem conhecer em pormenor o enquadramento na própria Comunidade Urbana. Proporia ao Senhor Presidente que agendasse para a próxima reunião, a discussão sobre estes problemas. Em vez de votarem moções, haveria então uma posição concertada de todos os deputados sobre estes problemas.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que nada impede que, até lá, se delibere de acordo com as propostas apresentadas. E existem sobre a mesa já duas delas. Portanto, a constituição de Comissões, conforme foi sugerido pelo PSD, e que pode ser até objecto de aprovação no ponto 2, eventualmente, não impede que, nesta oportunidade, se discuta de acordo com aquilo que existe, a menos que a maioria entenda em contrário.-----

--- **O deputado João Dinis dos Santos** disse que se estiverem à espera das Comissões e dessa resolução, quando chegarem a fazer a moção já se perdeu a legislatura desta Assembleia e já se perdeu, no tempo, aquilo que é um problema grave neste momento.-----

--- **O deputado Francisco Ferreira** usou da palavra a respeito desta questão processual, de saber se devemos votar ou não as moções que são apresentadas antes da Ordem do Dia, e chamou a atenção para o seguinte: sobre estes dois assuntos específicos quase tem a certeza que a maioria dos deputados desta Assembleia não conhecerá com rigor e profundidade, por exemplo o problema que o seu colega da Assembleia Municipal de Coruche, Manuel Coelho, apresentou sobre a acessibilidade a Coruche e sobre a variante. É, evidentemente, uma necessidade para Coruche e, nos termos em que foi apresentada, a primeira parte da moção está perfeita, mas quando diz que há indiferença do Governo relativamente ao problema, já não será uma moção que possa ser votada favoravelmente.-----

--- São assuntos extremamente importantes, mas parece-lhe que é um pouco chocante serem apresentados como moção, sem discussão, e todos terem de votar sobre esse assunto. São assuntos demasiado sérios e graves para serem

apresentados instantaneamente e sem pré-aviso, nestas Assembleias, e serem votados de imediato pelos membros da Assembleia, que não têm objectivamente conhecimento de causa para votarem essas matérias. -----

--- **O deputado Manuel Coelho**, em relação à moção apresentada sobre o IC10 e IC13, disse que talvez tivesse havido algum descuido da sua parte, em intervir logo quando foi feita a apresentação da moção, para situar as pessoas que tenham menos conhecimento desta matéria. Portanto, estas duas obras – IC10 e IC13 – são obras de há muito reivindicadas e há muito prometidas. Foi dito pelo Secretário de Estado de então que o estudo prévio ficaria concluído até finais de 2001, nomeadamente sobre o IC10, que era aquele que se entendia como mais urgente, dado que entre Coruche e o Monte da Barca, numa distância de 3 quilómetros, há 7 pontes onde só passa uma viatura de cada vez. Uma viatura ligeira e uma pesada não se podem cruzar, chegando a demorar meia hora a 45 minutos, para percorrer estes 3 quilómetros. Daí a necessidade de ser construída, pelo menos, a travessia do Vale do Sorraia. Ainda em 2001, foi feita uma visita pelos deputados da Assembleia da República, de todos os partidos eleitos pelo Distrito, onde houve algum compromisso, da sua parte que, na Assembleia da República, iriam abordar esse assunto e motivar o Governo para uma decisão. No ano transacto, foi novamente prometido, e crê que avançou, um estudo prévio que deveria ter sido feito em 2001, e não foi, e que devia estar concluído em Agosto do presente ano. Ora, se o estudo prévio está concluído, em seu entender, haveriam razões para que, pelo menos, ficasse alguma verba para se dar início à obra. Não se pretendia que a obra fosse concluída este ano, nem no ano que vem, mas pelo menos que não ficasse no esquecimento. Até porque, já no ano de 2004, esteve presente no Concelho de Coruche a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações da Assembleia da República, e voltou novamente a haver um compromisso por parte dos Deputados que, na Assembleia, tudo iriam fazer para que este assunto fosse discutido e incluída em PIDDAC alguma verba, pelo menos, para o início das obras. -----

---São pretensões do Concelho de Coruche, e não só, dado que, como deve ser do conhecimento da Assembleia da CULT, há relativamente pouco tempo, autarcas de Coruche, Benavente, Mora e Ponte de Sôr fizeram acções de protesto sobre estas situações e também sobre o estado das estradas que servem aquela região. -----

---Aquilo que se pretende é que o assunto não caia no esquecimento, porque são reivindicações de há 20 anos, feitas de todos os quadrantes políticos. Portanto, é consensual que pelo menos o IC10 e a travessia do Vale do Sorraia é uma obra imprescindível para a valorização e desenvolvimento daquela região.-----

---Os ICs são a base fundamental para que esta região possa ter algum desenvolvimento. Daí que pense ter todo o cabimento trazer o assunto à Assembleia da CULT e ver se, todos em conjunto, conseguem pressionar e juntar a nossa voz à dos outros autarcas e das populações que têm manifestado o seu desejo de ver estas obras concluídas e o seu desagrado pelo tempo que estas coisas demoram a fazer. -----

---**O deputado Luís Oliveira Martins** disse querer fazer dois comentários muito rápidos relativamente àquilo que foi dito. Relativamente à questão da alteração dos limites entre o Município de Santarém e o Município da Golegã, não conhecendo, de maneira nenhuma, o projecto em profundidade, pensa que seria importante conhecê-lo, para poderem tomar uma deliberação devidamente fundamentada e parece-lhe que não têm tempo para isso. Porque das duas uma: ou não tomam qualquer posição e o processo termina, desde que o Presidente da República promulgue a decisão da Assembleia, ou então tomam uma posição, na esperança de alertar o Senhor Presidente da República para esta situação. Segundo lhe parece, foi uma decisão da Assembleia da República, à revelia das deliberações dos órgãos deliberativos envolvidos, das autarquias envolvidas, e assim sendo, pensa que têm todo o direito e toda a legitimidade para tomar uma deliberação que alerte o Senhor Presidente da República para uma situação que não é normal, nem que seja justificável que

uma deliberação destas da Assembleia da República possa fazer escola e voltar a haver deliberações idênticas relativamente a outros Municípios ou a outras Freguesias do nosso país.-----

---Por outro lado, relativamente à moção apresentada sobre o IC13 e IC10, a inclusão ou não em PIDDAC, dá algum tempo para tomarem uma posição, já que o próximo Orçamento Geral do Estado, a ser aprovado, vai demorar provavelmente seis meses. Mas fica um alerta sobre a situação dos lcs ao longo dos anos.-----

--- A sua não inclusão em PIDDAC e os adiamentos sucessivos levaram a que, em determinada altura, parte do IC3 fosse transformada em Auto-Estrada, não resolvendo alguns dos problemas essenciais. A referência aqui ao IC13 aparece unicamente porque a sua preocupação é que o arrastamento da colocação em PIDDAC de verbas para o IC13 e IC10 possam eventualmente, em determinada altura, ser também algum destes troços transformados em Auto-Estrada e os problemas das populações continuarem sem ser resolvidos.-----

--- **A deputada Ana Benavente** disse querer fazer dois comentários sobre as duas propostas que estão a debater. Acha que, nesta Comunidade Urbana, terão o poder que quiserem assumir. Estas duas questões são exemplares daquilo que considera deverem ser as tomadas de posição desta Assembleia. Porque um órgão como este deve acrescentar alguma coisa àquilo que é o poder de cada órgão municipal, que está ao nível dos Concelhos. No que diz respeito ao primeiro caso, no dia anterior, na Assembleia da República houve, por razões de calendário, urgência de entrar em matéria com uma série de situações que considera serem situações históricas e, como tal, devem ser muito consensualizadas, muito debatidas, porque não são questões em relação às quais se possa avançar e recuar, e fazer e desfazer. Quando ouve dizer aos membros desta assembleia que não conhecem o conteúdo, há qualquer coisa que não está muito certo. Não são questões de urgência, nem questões menores. Estamos a falar de toda a organização do nosso território e do estatuto de cada um dos locais desse território. Concorda com um voto de

repúdio, no sentido de traduzir o mal-estar, em relação a decisões que fazem parte da História. Portanto, por questões de metodologia, acha que devem protestar e exigir a participação plena do ponto de vista democrático, em relação a estas decisões. -----

--- Quanto à questão das acessibilidades, propunha que as moções que são apresentadas nesta Assembleia tivessem um carácter diferente daquelas que apresentam nas Assembleias Municipais e que pudessem vir com algumas linhas de contexto, da história recente de determinada decisão, do que é que está em jogo, dos compromissos que foram assumidos, enfim, tudo aquilo que seja relevante, para que, mesmo que fisicamente não conheçam a realidade, possam avaliar. Acha muito importante trazer aqui essas questões, porque é para isso que serve a Assembleia, para que tenham mais força em conjunto, em relação à resolução dos problemas das comunidades que servem. -----

--- **O deputado Armindo Bento** referiu concordar e acrescentou que, para serem eficazes, nesta Assembleia, deve ser dado conhecimento atempado daquilo que se tenciona aprovar. Senão é a reposição das Assembleias Municipais e, se assim é, é melhor acabar já com a Assembleia da CULT. -----

--- Para além do direito e de toda a legitimidade que as moções que foram apresentadas tenham o seu enquadramento, pensa que a questão relativa à primeira moção é de facto grave, mas também pensa que a norma é inconstitucional e, certamente, o Senhor Presidente da República não a deixará passar. Para além da sensibilidade que tem, não se pode ignorar a vontade das populações. Pensa que não foi feito nenhum referendo e, só isso, é que podia exprimir a vontade das populações nesta questão. Por outro lado, também foi dito que é um mal de tal ordem, que podemos assistir, a curto prazo, a inúmeras situações iguais, sem que os órgãos autárquicos, que são tão democráticos como a Assembleia da República, possam tomar posição sobre elas. Acima de tudo há que respeitar a existência de ambos os órgãos, que são constitucionais e existem na sociedade portuguesa. Assim, pensa que o problema será

resolvido pela inconstitucionalidade da aprovação que foi feita, porque os órgãos autárquicos mostraram-se contrários e nunca foram ouvidos sobre isso.

--- Sobre a segunda questão das acessibilidades, disse ser evidente que isto demonstra total indiferença deste Governo pelas populações da região. A zona sul foi completamente desprezada nisto tudo. Sobre esta situação, pensa que têm a obrigação de ir mais além do que uma mera Assembleia Municipal. E ligada a esta questão das acessibilidades, há também os transportes. Hoje, qualquer cidadão desta região que trabalhe em Coruche ou Almeirim, tem de sair do trabalho antes das 17.30, porque é o último transporte público que tem. Esta é uma das questões que impede o desenvolvimento da região sul. A mesma questão se põe com os doentes, que para se deslocarem ao Hospital demoram muito mais tempo. Portanto, é justo que se reivindique rapidamente um compromisso de promessas anteriores, que de facto este Governo não cumpriu. Percebeu-se que estas moções devem ser trabalhadas, no sentido de serem mais envolventes, mais integradas, e que tenham a força que têm perante as populações e perante a existência ou não deste órgão. Se elas forem apresentar uma visão muito restrita, em sua opinião, são redutoras e acabam por passar despercebidas. É de toda a legitimidade que elas se façam, mas também é necessário que sejam claros a imputar as responsabilidades políticas a quem as tem, não deixando tudo mais ou menos no escuro. Será necessário que no próximo Orçamento, depois das eleições, possa ser já incluído o retomar da obra que tinha sido feita nas duas ligações rápidas. E de facto não acredita – porque pensa que o povo português vai mudar de política que essas ligações sejam tornadas auto-estradas.-----

--- **O deputado Helder Pombo** disse ser positivo juntar a nossa voz para trazer melhorias para os nossos Concelhos. Mas não concorda que se critique por criticar. Até pode criticar, mas acha importante saber o que é que está a votar, que alguém lhe explique os problemas. Seria mais sensato esperar pelo arranque do trabalho das Comissões, para analisar os dois lados das questões. Depois, se houver alguma coisa a criticar e se se concluir que há alguma coisa

sobre a qual devem protestar, é óbvio que será o primeiro a fazê-lo, o contrário não seria sensato. -----

--- **O deputado Francisco Ferreira**, ainda sobre a questão de Coruche, e para esclarecimento de todos para poderem votar, disse querer recordar que num documento intitulado “O Ribatejo que temos, o Ribatejo que queremos”, que é o documento de campanha do Partido Socialista, que deu origem ao primeiro Governo do PS de António Guterres, o mesmo prometia um Tribunal da Relação para Santarém e prometia também a construção do IC10 e do IC13. Isto foi há cerca de 9 anos atrás. Quando o PSD chegou ao Governo, não existia sequer um estudo prévio relativamente a estes dois ICs. Há dois anos e pouco, o PSD lançou, pela primeira vez, um concurso público para a realização de um estudo prévio e do estudo de impacto ambiental, para a construção do IC10. A questão que coloca é que, para defender uma causa que é justa, que é a construção dos ICs e de melhores acessibilidades a Coruche, não é necessário atacar de uma forma injusta, como é feito nesta moção, o Governo do PSD. Isto porque, se alguém tem culpa maior neste atraso, é claramente o Governo do PS, que nada fez durante 6 anos. Fez mais o PSD durante dois anos sobre este assunto específico, do que o PS em seis anos. Propõe, em relação a essa moção, que seja excluído o primeiro ponto da moção, porque o que realmente é importante é terem uma forma de pressão para resolver o problema, no sentido de exigir ao Governo, qualquer que ele seja, a construção destes ICs. -----

--- **O deputado João Dinis dos Santos** disse que se cada vez que for apresentada uma moção, antes do período da ordem do dia, alegarem desconhecimento de causa, ou não estão ali a fazer nada, ou têm que começar a fazer visitas guiadas, diariamente, aos Concelhos que fazem parte da CULT, para ficarem todos a conhecer os Concelhos onde estão integrados. Sempre que há um problema e alguém traz esse problema, que é recente, à Assembleia da CULT, se for preciso analisar e conhecê-lo profundamente, então só 4 meses depois é que se podem apresentar moções, porque só 4

meses depois é que há possibilidade de se voltar a reunir. Assim, se calhar, perde-se, no tempo, aquilo que é importante.-----

--- As palavras dos senhores da bancada do PSD revelam de facto aquilo que tem sido este Governo ultimamente, que é um desnorte completo. Já estão preocupados, porque se está a atacar o Governo. O que se está a fazer não é a atacar o Governo, nem a atacar aquilo que foi feito, em termos de política, pelo PSD. O que se está aqui a propor são situações. No caso de Coruche é uma reivindicação que já remonta há anos, e os que lá residem precisam do IC, porque até Coruche a estrada está toda degradada.-----

--- Em relação às Freguesias, é opinião unânime nesta Assembleia que foi tomada uma decisão que não respeitou a vontade das populações e dos seus legítimos representantes, quer no Concelho de Santarém, quer no Concelho da Golegã. -----

--- Parece-lhe que, se não poderem apresentar moções por desconhecimento das coisas, então nunca há moções e a Assembleia da CULT vai limitar-se a aprovar aquilo que está na ordem de trabalhos, deixando de fazer sentido o período antes da ordem do dia. -----

--- **O deputado António Carvalho** disse intervir no sentido de pedir a todos que sejam mais objectivos, mais concisos e que deixem aquilo que é acessório. A retórica pode ser muito bonita, mas não leva a lado nenhum. Estão há uma hora em reunião e, até este momento, falaram de uma coisa muito importante, mas acabam por discutir o sexo dos anjos. Pensa que a única pessoa que efectivamente propôs questões práticas, questões de metodologia concreta, foi a Dra. Ana Benavente com quem concorda. É evidente que não terão de ir a todos os sítios do Distrito, mas o aporte que cada um possa trazer a esta Assembleia, no período antes da ordem do dia, é fundamental para debater os nossos problemas.-----

--- Para serem objectivos e haver alguma credibilidade em todas estas situações, se sair da Assembleia uma moção com uma maioria ou com uma unanimidade, tem um impacto muito maior a quem ela é dirigida, do que sair

daqui fragmentada. E se calhar o IC3, IC13 e IC10 são tão importantes para as pessoas que se revêem na política do PSD, como para as pessoas que se revêem no modelo socialista ou comunista, enfim, todos os partidos livres que temos no país. Se partidarizarem uma moção, não teremos os apoios de todos, porque ferimos, imediatamente, sensibilidades. Pensa que esta Comunidade daria um contributo grande de maturidade se deixasse as questões políticas, os ataques políticos, porque hoje está no Governo o PSD e amanhã estará lá outro. Sejam concisos ao dizer assim: “Nós pretendemos isto, este Governo ou outro falhou neste aspecto e nós exigimos que isto seja resolvido desta maneira”. Se conseguirem pôr nas moções desta Assembleia aquilo que é essencial, em detrimento daquilo que é acessório, elas chegam a quem de direito e têm algum impacto. -----

--- **A deputada Ana Reis** concorda com o que disse o Eng. Carvalho. Toda e qualquer moção que saia desta Assembleia deve ser uma moção de conjunto e que seja o aglutinar de várias opiniões, independentemente do partido a que pertençam, de modo a que tenha maior peso e que seja mais credível. -----

--- Sente-se na obrigação de dizer algumas palavras em relação ao Pombalinho, isto porque está ali eleita pelo CDS-PP. Não tem qualquer problema em dizer que desconhecia a situação. Não sabe qual foi a metodologia seguida, não sabe qual foi o conteúdo, mas daquilo que conhece do Pombalinho e não sendo de Santarém, o que ouviu falar do Pombalinho era nas alturas das cheias. Mas em termos de proximidade geográfica, o Pombalinho está próximo da Golegã, as escolas do Pombalinho e da Azinhaga fazem parte do agrupamento de escolas da Golegã. Logo, fazendo o 1º Ciclo e o Pré-Escolar no Pombalinho e Azinhaga, o 2º e 3º Ciclo é direccionado para a Golegã. Pela proximidade geográfica, o que às vezes não quer dizer nada, temos os factores naturais, que são as ditas cheias. Quem quer vir a Santarém do Pombalinho, tem de dar a volta pela Golegã. Portanto, não conhecendo a metodologia e o conteúdo, parece-lhe que existem já mais afinidades e uma tendência natural para a população do Pombalinho se dirigir à Golegã do que a

Santarém. Concorda que se devam ouvir as populações interessadas e, a sair daqui alguma moção, deve ser uma moção de conjunto, onde devem ser ponderadas todas as situações, não descorando a situação geográfica e já alguns serviços que são prestados pelo Concelho da Golegã à Freguesia do Pombalinho. -----

--- **O deputado Martinho do Rosário** disse ter entendido esta Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo como um órgão que pudesse, de facto, estar muito acima dos problemas e das competências das autarquias e pudesse exercer, perante o poder central, algum peso real. Daí parecer-lhe um mau princípio já se estar a falar de esquerda e direita, e de quem é que tem culpa. Assim, nunca irão a lado nenhum porque estarão sempre divididos, o que só enfraquece a capacidade deste órgão exercer lobbie e de reivindicar. Também concorda que não podem votar algumas das moções ali apresentadas, sem conhecerem os assuntos. -----

--- Relativamente ao caso do Pombalinho, a Assembleia Municipal de Santarém votou contra. Não foi apologista dessa ligação. Pensa que nem a população do Pombalinho sabe que isto aconteceu. O Pombalinho é de facto uma Freguesia periférica do Concelho de Santarém. Sendo periférica, até provavelmente está mais fragilizada, mas é uma Freguesia que tem tido um desenvolvimento infra-estrutural compatível com o resto do Concelho. -----

--- Resumindo, subscreve o que tem sido dito na Assembleia, no sentido das nossas posições não serem partidárias, serem de conjunto e que haja um conhecimento prévio das matérias a votar. -----

--- **O deputado Nuno Antão**, usando da palavra, disse querer deixar registado que é com estranheza que vê membros de uma Assembleia de um órgão regional invocarem desconhecimento sobre a sua região. Parece-lhe, no mínimo, estranho. Percebe que em casos concretos não haja conhecimento, mas na questão do IC10 e IC13 é uma coisa estranhíssima porque estamos a falar de obras muito importantes para toda a região sul do Distrito. Evocar qualquer tipo de desconhecimento parece-lhe caricato. E se o papel desta

Assembleia é representar as populações da região, evocar que não se conhece o que se está a discutir, leva-nos a pensar o que estão ali a fazer. Também lhe parece que a posição de todos os membros da Assembleia terá de ser consensual.-----

---Levantou a questão político-partidária, no que diz respeito às moções. É verdade que, porventura, a culpa também pode ter sido do Partido Socialista, mas não interessa de quem é a culpa. Tem é de haver um alvo da crítica. Neste caso concreto há uma falha de um Governo PSD/PP.-----

--- Voltando ao início deste período antes da ordem do dia, entraram novamente por aquilo que parece ser um defeito dos órgãos políticos e de alguns políticos, que é perdermo-nos em considerações regimentais e processuais: se devemos discutir, se devemos nomear uma comissão, se de acordo com um artigo qualquer, devemos fazer isto ou aquilo. O nosso interesse é a defesa da região e a defesa das populações. Parece-lhe claro que a questão do Pombalinho foi uma questão discutida à revelia das populações e dos órgãos autárquicos legitimamente eleitos, e foi apresentada por um deputado da Assembleia da República, que pelos vistos, nem com os elementos do seu próprio Partido discutiu essa situação. Por que razão é que esta Assembleia não pode exprimir o seu voto de protesto em relação a essa situação? Não na questão se é do interesse da população do Pombalinho passar para o Concelho da Golegã ou não, porque isso parece-lhe ser do claro interesse deles. Agora toda esta metodologia, assente no princípio da proximidade geográfica...Se a lógica é essa, os nossos Deputados chegam à Assembleia da República e, com alguma habilidade, dividem o país todo, separam isto tudo, de acordo com algumas leituras políticas que possam fazer. O respeito pelas populações é esquecido e depois admiram-se os políticos da forma como as pessoas olham para eles. ----

--- **O deputado Manuel Coelho** disse que a sua baixa qualificação académica não lhe permite fazer grandes floreios. Por isso, pensa que trouxe à Assembleia, uma questão objectiva e sem rodeios. A moção que apresentou diz, no primeiro considerando, que o IC10 e o IC13 são vitais para o

desenvolvimento da região, e não só para o Concelho de Coruche. Depois, quanto aos receios de mencionar Governos, o considerando número três diz o seguinte: “Considerando que estas obras são uma velha aspiração dos autarcas dos vários Concelhos e das respectivas populações, que têm sido adiadas pelos sucessivos Governos”. Depois, no Ponto Um, daquilo que se pretendia deliberar, “manifestar o seu descontentamento pela falta de interesse do Governo na resolução destes problemas”. Se quisesse colocar o PSD e o CDS/PP escrevia “deste Governo”. Portanto, o termo “Governo” com algo mais abrangente, que é “os sucessivos Governos”. Pensa que isto é claro e só não entende quem não quer entender. Não há aqui acusações directas a ninguém. Há sim o constatar do que tem sido a nossa vida política, durante os últimos 30 anos. Concorde inteiramente com as sugestões que já foram ali apresentadas e compromete-se a isso, quando apresentar novas moções: que elas tragam uma apresentação mais elaborada, que permita aos senhores deputados entenderem melhor aquilo que se pretende criticar ou sugerir.-----

--- **O deputado Armindo Bento** referiu ser bom terem memória e a verdade histórica tem muito a ver. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o PCP também já fez parte dos sucessivos Governos. -----

--- Quanto à questão do Pombalinho, a questão mais importante é que não foram ouvidos os órgãos locais e deviam ter sido. Agora, porque é que não foram ouvidos? É essa a grande questão. -----

Queremos é que se faça para a nossa região aquilo que achamos que é o melhor. Não está aqui em causa qual é o Governo. E se um Governo não fizer deve ser criticado. A propósito disto, lembrou que o Tribunal Administrativo e Fiscal tinha parecer técnico favorável para ser colocado em Santarém. Politicamente, este Governo PSD/CDS pô-lo em Leiria. A verdade histórica deve ser reposta e, portanto, fica em acta para que todos tenhamos memória do que aconteceu. -----

--- **O presidente da Assembleia, José Miguel Noras** disse que a proposta de moção de protesto relativamente ao ponto 1, a questão que se prende com o

Pombalinho, se estivessem de acordo, poderia ter a seguinte redacção, sujeita a contributos que a possam melhorar: -----

--- «A Assembleia da CULT, reunida em 10 de Dezembro de 2004, exprimiu o seu voto de protesto perante a deliberação da Assembleia da República, visando integrar o Pombalinho no Concelho da Golegã, sem ouvir as populações nem os seus legítimos representantes dos órgãos locais, alterando de forma significativa as limitações da Freguesia de Azinhaga e do Concelho de Santarém. Este protesto é tanto mais justificado, quanto é certo que a Assembleia Municipal de Santarém deu parecer formal desfavorável àquela proposta da Assembleia da República. Mais foi deliberado alertar Sua Excelência o Presidente da República para esta situação insólita, solicitando que a lei em causa não seja promulgada.» -----

--- **O deputado José Alfaiate** acrescentou um pequeno aparte, para quem não esteja suficientemente informado acerca do assunto. Parece-lhe que foram consultados alguns órgãos autárquicos. Não foram todos. -----

--- Em seu entender, na moção, falta essa referência: “não foram todos”. -----

--- **O deputado João Dinis dos Santos** referiu então que o princípio desta questão tem a ver com o dirigente local CDS, que através do Senhor Deputado Herculano Gonçalves, ou vice-versa, fizeram a proposta com documentos que, inclusive, não estavam assinados, nem carimbados, nem autenticados por ninguém. Esses documentos circularam no Concelho e nas Freguesias e chegaram mesmo às nossas mãos. Depois souberam que o Senhor Herculano Gonçalves nunca visitou nenhuma das Freguesias. -----

--- Foi enviado à Câmara Municipal da Golegã e à Assembleia Municipal o documento de uma Comissão que inicialmente faz o estudo destas coisas, emanado da Assembleia da República, onde foi feita então a consulta aos órgãos locais. Depois de reunirmos representantes da Assembleia Municipal, da Assembleia de Freguesia da Azinhaga e da Câmara Municipal, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia, foi tomada a decisão de repudiar essa proposta, não concordar com ela e enviar à Assembleia da República, ao Grupo

Parlamentar do CDS/PP, para que o deputado em causa fizesse uma visita às Freguesias, e tivesse conhecimento no local daquilo que estava a fazer. Ele, para além de provocar uma mudança de uma Freguesia para outro Concelho, provocou uma alteração grande na delimitação de duas Freguesias, retirando um território bem vasto à Freguesia de Azinhaga e anexando-o à Freguesia do Pombalinho. Foi assim uma espécie de negociata, à revelia de toda a gente. Ninguém foi consultado oficialmente, a não ser por uma Comissão. Após isso, ninguém mais foi consultado, nem se deu resposta àquilo que foi nossa pretensão, que era a visita do Senhor Deputado Herculano Gonçalves e dos outros Deputados ao Concelho, para que verificassem, no terreno, como eram as limitações das Freguesias e a vontade das populações. A população é que nunca foi ouvida. Isto foi tudo feito por duas pessoas: um elemento do CDS local, o Senhor Gabriel Sequeira, e o deputado Herculano Gonçalves, eleito pelo círculo eleitoral de Santarém pelo CDS/PP. Mais ninguém teve a oportunidade de poder discutir e de poder manifestar opinião. Em todo o caso tem sido público que, quer da parte da Câmara da Golegã, quer da parte dos elementos eleitos dos vários órgãos do Concelho da Golegã, é unânime a posição do PS, da CDU e do PSD locais, que este Projecto Lei não devia ir em frente e ser aprovado. É uma opinião unânime, das Assembleias de Freguesia da Azinhaga e Pombalinho, que, embora o Pombalinho esteja geograficamente muito próximo da Azinhaga, em termos de cheia não está tanto assim porque a primeira Freguesia a ficar inundada é o Pombalinho e não a Azinhaga e o acesso mais fácil será feito pela zona de Alcorochel, já do território Torres Novas – Santarém. Em todo o caso, alguns habitantes tinham-se manifestado contra a mudança do Pombalinho para a Golegã e a Freguesia não foi ouvida neste propósito. É fácil perceber que a questão da mudança não só tem a ver com a mudança de territórios e de Concelhos, mas acima de tudo, com o facto de ignorarem, pura e simplesmente, a vontade das populações locais e dos seus representantes legítimos, nos vários órgãos e isso é inadmissível num país que se quer democrático. -----

---Mais. O Senhor Herculano Gonçalves foi eleito pelos habitantes do Distrito de Santarém. Provavelmente teve votos também no Pombalinho e Azinhaga. E fez tudo à revelia das populações. Isto é grave, na sua opinião.-----

--- **O Presidente da Assembleia José Miguel Noras**, na sequência da intervenção anterior, sugeriu que fosse acrescentada a alusão à falta de auscultação dos legítimos representantes locais. Após a intervenção oportuna do senhor deputado José Alfaiate constata-se que, quando muito se terá que pôr “sem ouvir as populações, nem a totalidade dos seus legítimos representantes”. As populações não foram ouvidas através de referendo. Por seu lado, a Assembleia Municipal de Santarém também representa as populações e essa foi formalmente convidada a pronunciar-se. Quanto ao resto dos pormenores que possam esclarecer, total e exaustivamente, o senhor deputado Francisco Ferreira, desconhece o que se passou na Golegã, mas esta intervenção da parte do senhor deputado João Santos julga ter sido clarificadora desse processo. Portanto, a moção ganhou em pormenor e rigor com estas discussões últimas e valeram a pena as dúvidas formuladas.-----

--- **A deputada Ana Casquinha** referiu ter a ideia que a Assembleia e da CULT seria para discutir problemas das nossas populações e que, em primeiro lugar, estariam a defender os interesses dessas mesmas populações. Realmente é com grande choque que se apercebe que alguém de nós faz depender a votação sobre um assunto que é de todo pertinente, de conhecer o resultado da votação na Assembleia da República. É uma questão de princípio, e sendo uma questão de princípio, não podem esquecer que a Assembleia da República não pode retalhar o país a seu bom-gosto, porque as populações e as autarquias têm uma palavra a dizer. Portanto, independentemente do resultado da votação na Assembleia da República, aqui é que têm de actuar. Devem defender as populações, para além do partidarismo. Portanto, vão votar esta moção, que parece que está completa, definitivamente.-----

--- **O deputado António Carvalho** usou da palavra para colocar uma pequena questão, que se prende com o reordenamento do território, pois o diploma legal

não contempla só este caso do Pombalinho. Se estiver errado, por favor corrijam-no. Pensa que é um diploma legal mais abrangente, que tem a ver com a passagem de algumas vilas a cidades. Portanto, não sabe se podem nesta assembleia dizer que, dentro desse diploma legal, há um assunto que não conta, mesmo tendo sido votado na globalidade. Se é realmente um diploma legal, traz implicações por não ser um diploma só para este caso. Era isso que gostava de saber. -----

--- **A deputada Ana Benavente** usou da palavra para esclarecer que não. Foi intitulado de pacote autárquico, porque era uma última sessão plenária, com uma série de votações. Mas cada uma foi votada por si, cada uma teve direito a declarações de voto e a questões que foram levantadas e havia situações muito diferentes. Havia umas plenamente instruídas e que estavam legalmente completas, havia outras em que faltavam pareceres, outras que não correspondiam ao que estava legislado. No caso do Pombalinho, ainda foi levantada outra dificuldade. É que está na lei não ser possível, a menos de 6 meses de eleições, haver qualquer alteração de limites geográficos do nosso território. Portanto, cada situação é uma situação. Ou seja, se nos pronunciarmos sobre o Pombalinho, de modo algum estamos a pôr em causa outras decisões que foram tomadas, no mesmo pacote autárquico. -----

--- **O deputado José Alfaiate** perguntou quais as razões pelas quais o PS se absteve. Se é ilegal, se não se pode fazer, porque é que não votaram contra? --

--- **A deputada Ana Benavente** disse não ser esse assunto que estavam ali a discutir. -----

--- **O Presidenta da Assembleia José Miguel Noras** perguntou à Assembleia se estariam em condições de passarem à votação do voto de protesto que tem a ver com o Pombalinho.-----

---Realizada a votação, a moção foi aprovada com vinte cinco votos a favor e sete abstenções.-----

---Colocou, de seguida, à votação a moção oriunda da CDU.-----

---A moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- **O deputado José Cabrita**, ainda no período antes da ordem do dia, referiu a questão da falta da acta da reunião anterior, pois julga ser importante entrar dentro da rotina. Referiu ainda a questão dos documentos que apenas chegaram às mãos dos membros da Assembleia, na Segunda ou Terça-feira, o que é manifestamente insuficiente para a documentação e para a troca de impressões. Deu ainda uma sugestão para que a disposição da sala, na próxima reunião, tivesse lugares para todos e que também seria importante que houvesse uma divisão dos grupos, apenas para facilitar a troca de opiniões entre todos. -----

--- **O Presidente José Miguel Noras** disse que a Acta é muito descritiva , mas quanto às deliberações foram aprovadas por minuta e, como tal, produziram efeitos imediatos, mas a Mesa tomou boa nota dos comentários e observações, que são particularmente importantes.

--- **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** introduziu o assunto, dizendo que, relativamente ao Regimento, gostaria de sublinhar com agrado a participação dos vários grupos. Chegámos praticamente a uma posição final. Dos sessenta e quatro artigos havia apenas duas dúvidas. No Artigo Terceiro, Ponto onze, há divergência entre o texto que foi apresentado e a proposta inicialmente formulada pela CDU. Também a alínea J do Artigo décimo quarto, que tem a ver com a redacção, que neste caso concreto está em ter acesso às actas e a CDU preconizava, o que não temos nada contra, “receber as actas”. -----

--- A outra já é mais substancial, tem a ver com o Artigo Terceiro, Número onze, que remete para os Planos a aprovar por esta Assembleia, e a Lei define-os no Artigo Oitavo da Lei 10/2003, de treze de Maio. Em todo o caso, o senhor deputado José Paulo poderá clarificar depois essas matérias. -----

--- **O deputado José Paulo**.disse que, em relação ao Artigo Terceiro, Ponto onze, naturalmente que a CDU mantém a sua proposta. Entende que deve ficar clarificado quais são os Planos que efectivamente são da competência da Assembleia da CULT. Em relação ao demais articulados, apenas uma ou outra

observação em termos de questões de pormenor, com excepção do Artigo Trigésimo Segundo, em relação ao qual mantêm a sua proposta. -----

--- No Artigo Oitavo, pensam que há um lapso, quando no Número Um, se refere “os membros da Assembleia Municipal”. Pensam que deve ser “os membros da Assembleia da Comunidade Urbana”. No artigo Décimo Nono, alínea H, a sua proposta é no sentido de que fique “o Ministério Público, junto do Tribunal Administrativo do círculo competente”. Levantou-se a dúvida se será o de Lisboa ou o de Leiria. Pensam que é o de Leiria, mas no futuro, não sabem o que irá acontecer. Para que fiquem salvaguardadas situações futuras, parece-lhe que se ficar escrito “o Tribunal competente” fica esta questão salvaguardada. Ainda em relação a este artigo Décimo Nono, pensam que a alínea J é uma repetição, por outras palavras, do que consta da Alínea C. A alínea C refere “convocar as sessões ordinárias e extraordinárias”; na alínea J vem referido “convocar as sessões plenárias”. Pensam que esta alínea J não faz qualquer sentido. -----

--- Em relação ao Artigo Trigésimo Segundo, a proposta da CDU era no sentido de que as sessões da Assembleia da Comunidade Urbana se realizem entre as vinte e uma e as vinte e quatro horas. Mantêm a proposta, por razões óbvias. A maior parte de nós trabalha, logo há dificuldades em participar, apesar de sabermos que a participação nas Assembleias da Comunidade Urbana, tal como noutros órgãos autárquicos, é justificada por lei. Mas a verdade é que numa empresa, ou quem trabalhe por conta própria, estas questões colocam naturalmente muitos problemas. -----

--- O que vier a ser decidido, em relação ao Artigo Trigésimo Segundo, Número um, terá depois influência no que estabelece o Número um do Artigo Trigésimo Quarto, já que neste vem referido que a Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do mínimo legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das vinte e quatro horas, salvo deliberação expressa em contrário. Naturalmente que se for aceite a proposta da CDU de que as sessões funcionem a partir das vinte e uma horas, este

Número um do Artigo Trigésimo Quarto faz todo o sentido. Se for conforme consta na proposta, já não fará qualquer sentido, até tendo presente o que estabelece o Número três, do Artigo Trigésimo Segundo. -----

--- Para finalizar, em relação ao Artigo Trigésimo Sétimo, Número cinco, pensam que onde está referido “à data indicada para a reunião”, deve ser “a data indicada para a sessão”.-----

--- **O senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Senhor deputado, os contributos valiosos agora apresentados e disse que, no conjunto das propostas agora formuladas, existem apenas duas dúvidas que têm que ser apreciadas em plenário. Uma tem a ver com o Artigo Terceiro, Ponto doze, em que a Comissão de Redacção entende que deverá remeter para a lei aqueles que são os planos a aprovar. Portanto, o Ponto 11, que alude ao Número 2 do Artigo 18 da Lei 10/2003, de 13 de Maio. Pura e simplesmente isso. Fazendo alusão aos Planos previstos nesse Número. A CDU tem uma proposta contrária. -----

--- Na alínea J do Artigo Décimo Quarto, a CDU mantém a posição de trocar os termos. Em vez de “ter acesso à acta” é “receber a acta”, pergunta se é assim. -

--- O **deputado José Cabrita** disse retirarem a proposta relativa ao Artigo 3º, Número 11. Em relação ao Artigo 14º, Alínea J, «receber a acta», ter acesso às actas das reuniões logo que aprovadas, mas aqui acrescentavam que pelo menos fosse enviado um exemplar a cada um dos grupos representados. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que substituir o “ter acesso” por “receber as actas” resolve tudo. -----

--- **O deputado José Cabrita** respondeu ao senhor presidente da Assembleia que acha que não resolve. Com a redacção como está, passa a ser obrigatório enviar as actas para todos os membros, já que passa a ser um direito dos membros. A proposta que apresentam é no sentido de que um exemplar da acta seja enviado pelo menos a cada um dos grupos, logo que aprovada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia José Miguel Noras disse que o Artigo Oitavo é uma referência muito exacta, porque não fomos tão rigorosos quanto queríamos, ainda por deficiência ou deformação. Temos o termo “Assembleia

Municipal” em vez de “Assembleia da Comunidade”. Portanto, a sua observação é absolutamente correcta. Da mesma forma que, também no entendimento da mesa, o Artigo Décimo Nono, Alínea H, em vez de “Tribunal do Círculo Administrativo de Lisboa”, deverá ser substituído por “Tribunal competente”. E a alínea J desse mesmo número também seria de eliminar, por representar uma duplicação.-----

A dúvida coloca-se, no que toca ao início das reuniões, que será como a maioria dos membros da Assembleia entender. -----

--- **O deputado José Pereira** disse ter ficado satisfeito, em relação ao Artigo Terceiro, número Onze, com a posição assumida pela CDU, por forma a que esta Assembleia, por inteiro, possa deliberar sobre todas as competências exaradas no Decreto-Lei Número Dois. Em relação ao Décimo Nono H, estão de acordo que deve ser “Tribunal Administrativo do Círculo Competente”. Também acham, no 19º Artigo, a Alínea J redundante. Por outro lado, no Artigo Trigésimo Segundo, embora compreenda o que o senhor deputado diz em relação às horas das sessões, acham que deve manter-se o que está exarado, portanto das Quinze às Dezanove horas. Por outro lado, em relação às actas, há que dizer o seguinte: isto só faz sentido se, quer da parte da Assembleia, quer da parte da Junta, não tiverem actas atrasadas em excesso, porque caso contrário, isto já não faz sentido nenhum. Disse receberem as actas, quer da Junta quer da Assembleia, passados três ou quatro meses.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia José Miguel Noras** disse ter-lhe escapado a referência a uma correcção preconizada pela CDU, no que toca ao Artigo Trigésimo Sétimo, substituindo o termo “reunião” por “sessão”, porque se trata de facto de uma sessão. -----

--- E o reparo que foi estendido ao Artigo Trigésimo Quarto, porque tinham ainda a versão inicial do começo das sessões às vinte e uma horas. Portanto escapou a correcção nesta particularidade. Ou seja, se se mantiver o teor do Artigo Trigésimo Segundo, no que toca ao Ponto Um, ter-se-á que alterar, conforme foi sugerido, e bem, pelo senhor deputado José Luís Cabrita, aquilo

que estabelece o Artigo Trigésimo Quarto. Em vez das vinte e quatro horas, deveria constar as dezanove horas. -----

--- Chegados a consenso quanto ao problema do Artigo Terceiro, o senhor Presidente colocou ao plenário a pergunta se este prefere que as três ou quatro sessões por ano decorram, a partir das três horas da tarde ou comecem às nove horas da noite.-----

--- **O deputado Armindo Bento**, usando da palavra, disse que este horário representa um grande avanço na dignidade dos órgãos autárquicos. A Lei permite, de facto, que as pessoas que estão em empresas saiam e quem tem actividades próprias também tem de se dedicar à vida autárquica. Na sua opinião, este horário vem reflectir alguma dignidade a este órgão. Em seu entender, também as Assembleias Municipais não deviam ser no fim de um dia de trabalho, deviam também ter o seu tempo próprio, do mesmo modo que esta Assembleia da Comunidade Urbana.-----

--- **O deputado José Rosário** disse que cada um tem a sua opinião sobre o horário das sessões e estar frontalmente contra e, se for avante, irá votar contra este Regimento. Acha que as pessoas não conhecem as empresas nos dias de hoje. Só quem efectivamente tem o tempo livre, e ainda bem que o tem, pode vir a esta hora às sessões. Pensem bem naquilo que estão a fazer. -----

--- **A deputada Ana Benavente** referiu compreender os dois pontos de vista relativos ao horário das sessões. À noite, com o prolongamento das discussões até à uma ou duas da manhã, quando se trata de um órgão que inclusive implica deslocações, acha que é um sacrifício, é pesadíssimo e vão-se tornar penosas as sessões. Por outro lado também compreende que, dependendo do tipo de ocupações de cada membro da Assembleia, se para uns é relativamente fácil vir, até porque são quatro sessões num ano, para quem tiver horários rígidos também percebe que isso cause alguma dificuldade. Como considera que a participação cívica é fundamental, por si pode ser ao Sábado. São quatro vezes num ano e, não tem nenhum problema com isso, se for um encontro de perspectivas que resolva as dificuldades. -----

--- **O deputado José Pereira** voltou a usar da palavra para voltar a dizer que compreendia o ponto de vista exarado. Percebe que, por parte de algumas empresas privadas, haja uma certa dificuldade em termos laborais, de assistir a estas reuniões, a meio da tarde. Agora, o senhor deputado, da maneira como falou, até parece que quem quer as sessões às três da tarde não faz nada, o que não é verdade. As pessoas que são funcionárias públicas podem ter mais facilidade em assistir às reuniões do que os outros. Recordava ainda que as reuniões à noite têm o problema das pessoas chegarem aqui cansadas. A título meramente pessoal, subscreve a opinião da senhora deputada que o antecedeu no uso da palavra. -----

--- **O deputado António Carvalho** disse haver razões óbvias, de ambos os lados. Quer queiram quer não, a vida competitiva de hoje não permite, por vezes, que as pessoas disponham livremente do seu tempo. Aqui há uma discriminação grande, que não gostaria que existisse. Não quer dizer que um funcionário público não trabalhe. Não é isso que vai dizer. No entanto, na Função Pública, há muito mais disponibilidade, muito mais compreensão para que a pessoa possa faltar e justificar a sua falta com trabalho cívico do que numa empresa privada. Está numa empresa, na qual nem sequer tem horário. No entanto, para estar aqui quase não almoçou e deixou um problema grave, que pode envolver milhares de contos para a empresa. Deixou o seu pessoal a trabalhar e está aflito, porque não tem a certeza que eles sejam capazes de dar solução ao problema. Disse ter dificuldades em vir à tarde, mas é evidente que, se aceitou o cargo de pertencer a esta Assembleia, é seu dever, salvo por motivo de força maior, comparecer, seja qual for a hora a ser aprovada. Ainda tem a solução que é renunciar ao cargo, se não puder arcar com responsabilidades que aceitou de livre vontade. Portanto, pensa que têm razão as pessoas que dizem que, nas horas normais de trabalho é penoso para certas pessoas. A título pessoal e sem qualquer interferência do seu grupo, não se importará de vir ao Sábado. No entanto, o que a maioria decidir, para si está decidido. -----

--- **O deputado Luís Martins** informou que os eleitos da CDU aceitam e aplaudem a proposta apresentada pela Dra. Ana Benavente. -----

--- **O deputado Martinho do Rosário** disse já ir votar vencido, mas a sua opinião é que muitas das pessoas que andam nesta vida andam por paixão, outros por devoção, outros por entusiasmo de servir as suas comunidades e muitos também o fazem por carolice. E esta dádiva à comunidade faz com que, praticamente, sejam sempre os mesmos a fazer as mesmas coisas. Isso também tem, para si, uma consequência negativa. Já entraram nos Sábados, nos Domingos... Quer publicamente dizer que não concorda com o Sábado.-----

--- **O deputado Francisco Ferreira** usou da palavra para dizer que no PSD, cada um tem a sua opinião, o que é próprio da Democracia. Disse ser também frontalmente contra a proposta de sessões ao Sábado. Entende que o Sábado e Domingo são dias feitos para descansar e para estar com a família, que é tão importante como o trabalho. Portanto, é evidente que se opõe, tentando convencer a Assembleia de uma solução alternativa. Propunha das dezoito às vinte e uma horas, ou das dezassete às vinte e uma horas. Talvez isso facilitasse um pouco a vida, para quem tem de sair da sua empresa, pois não perderia a tarde toda. -----

--- **O senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação realizar as sessões das quinze às dezanove horas, aos Sábados, conforme recomendação da Assembleia. O facto implica uma alteração do Artigo Trigésimo Quarto, em que o limite passará a ser às dezanove horas. -----

--- **A deputada Luísa Portugal** apresentou a proposta, em alternativa a essa, mantendo o que está, mas em vez de ser das quinze às dezanove horas, ser das dezassete às vinte e uma horas , a um dia de semana e não ao Sábado. ---

--- **O deputado António Carvalho** disse estar de acordo com o horário proposto para um dia da semana, das dezassete ou dezoito horas.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, dado que lhe pareceu haver consenso quanto aos Artigos Trigésimo Segundo e Trigésimo Quarto do

Regimento, propôs à Assembleia votar a totalidade dos artigos do Regimento, com excepção destes dois pontos.-----

O Regimento, na sua totalidade, foi aprovado. -----

No que toca às excepções registaram-se: -----

--- Seis votos a favor para as sessões aos Sábados à tarde, das Quinze às Dezanove horas;-----

--- Oito votos a favor para as sessões das vinte e uma às vinte e quatro horas, num dia de semana;-----

--- Dezassete votos a favor para as sessões das dezassete às vinte e uma horas, em dia de semana. -----

--- As sessões passarão a decorrer das dezassete às vinte e uma horas, durante a semana, não ao Sábado. Este facto leva a que no Artigo Trigésimo Quarto, passe a constar não “vinte e quatro horas”, mas “vinte e uma horas”. ---

--- **2º Ponto do Ordem de trabalhos**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia José Miguel Noras** apresentou o segundo ponto da ordem de trabalhos que disse ter tido origem numa proposta que foi remetida à Assembleia, através do grupo do PSD, e que foi por esta apreciada na última sessão e remetida para o grupo de trabalho do Regimento. Na altura considerou oportuno fazer a concordância, quanto à constituição das Comissões, mas pôr ao critério do plenário designar os representantes de cada grupo, tendo em vista fixar o número de representantes, nas comissões eventuais e permanentes que viessem a ser criadas. Ou seja, nesta altura agendou o tema, para dizer sim ou não à constituição de comissões e, em caso afirmativo, construir uma solução, à semelhança do que fizeram para o Regimento. Daí que propunha que se aprovasse este critério de criar comissões, de acordo com mecanismos da representatividade dos Partidos a definir através de um grupo constituído pelos representantes dos Partidos. -----

--- **O deputado Armindo Bento** disse que, de acordo com a constituição desta Assembleia, está a ser redutor, uma vez que há aqui deputados independentes.

A Assembleia Municipal de Almeirim vai comunicar que um dos deputados está como independente. Era do grupo do PSD e passou a independente-----

--- **O Presidente da Assembleia José Miguel Noras** disse que a experiência com o Regimento foi muito bem conseguida, com a participação das várias forças políticas e acha que devia repetir-se, para que o trabalho viesse muito avançado, relativamente aos pormenores que têm a ver com a constituição – número de representantes de cada Partido, as comissões permanentes ou eventuais – e aperfeiçoar o texto que já existe.-----

---Colocou depois, à votação, a proposta que foi aprovada por unanimidade. ----

--- **Ponto da Ordem de Trabalhos - Orçamento e Grandes Opções do Plano**

--- **O Presidente da Junta da Comunidade Urbana** usou da palavra para apresentar o assunto e disse que, pela primeira vez, a Junta da Comunidade Urbana apresenta à apreciação da Assembleia o seu Orçamento e Plano para 2005. Os pormenores que vão ser colocados por parte dos senhores deputados, serão esclarecidos pelo Senhor Administrador Executivo, pelo que pede, desde já, autorização ao Senhor Presidente para que ele possa intervir, dado que foi sob a sua orientação que foram elaborados os documentos que agora estão a ser apreciados. No entanto, gostaria de chamar a atenção para algumas acções relevantes, que, no fundo, dominam os valores que também estão para apreciação dos senhores deputados.-----

--- O primeiro aspecto que referiu foi o de estarem equivocadas as despesas de funcionamento da CULT – despesas com pessoal e despesas gerais, que a CULT terá de suportar com o seu funcionamento. O segundo aspecto prende-se com uma acção relevante que é o facto de a CULT assumir a responsabilidade em elaborar alguns projectos e de pôr a concurso alguns projectos intermunicipais, que têm como objectivo a obtenção de economias de escala. Eram dois aspectos já relevantes aquando da existência da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e que passam para a CULT, neste momento aprofundado, até com os objectivos que as leis que proporcionaram a criação da CULT vieram a estipular. Referiu alguns exemplos, como a elaboração das

Cartas de Ruído para todos os Concelhos, as Cartas Educativas, a Inspeção de Elevadores, o licenciamento de postos de combustível, o Estudo de Mobilidade para a região, o Estudo para a obtenção de Seguros de Higiene e Segurança em todos os Municípios, etc. São portanto áreas em que os Municípios não estavam tecnicamente dotados e que podem ser assumidos pela Comunidade Urbana, com vantagens económicas para os Municípios associados. -----

--- O segundo aspecto, também com movimentos financeiros significativos, é o da contratualização do 3º Quadro Comunitário de Apoio que está em vigência e que esperam que, pela atribuição de algumas verbas de reforço nesta fase, venham a possibilitar a gestão da contratualização até 2007. -----

--- Por outro lado também, uma candidatura que a Associação de Municípios assumiu e que a Comunidade Urbana tomou como sua, é o Ribatejo Digital, candidatado ao Programa Operacional da Sociedade de Informação e que tem permitido aos Municípios modernizarem muitos dos seus serviços e também instalarem serviços nos seus Concelhos e nas suas Freguesias, que neste momento estão à disposição de toda a população, como os Espaços Internet, a obtenção da cartografia 10 000 e agora a 2 000 que está em curso, a instalação dos sistemas de informação geográfica, a modernização dos serviços de informação aos munícipes e de acesso a formas de informação que até aqui lhes estavam vedados. -----

--- Por último, o Projecto Águas do Ribatejo, que esperam venha a possibilitar a resolução de problemas muito importantes na área do saneamento e abastecimento públicos dos Municípios que pertencem à Comunidade Urbana.-

--- Em resumo, visto que existe oportunidade de, muito mais em pormenor, contactar com estes grandes grupos que acabou de referir, nas páginas dos documentos em vosso poder da Assembleia, no Ponto 2.3 e 2.4, onde vêm discriminados de uma forma mais pormenorizada. Aqui, disse ter procurado apenas sintetizar em grandes grupos, porque no fundo são estas áreas que provocam os grandes fluxos financeiros que no Orçamento estão focados.-----

--- **O Presidente da Assembleia** abriu espaço para que os membros da Assembleia solicitem alguns esclarecimentos adicionais, se for o caso, ou para passar à votação se não houver qualquer dúvida apresentada. -----

--- **O deputado José Pereira** lembrou aquilo que disseram na primeira reunião, que é o facto de, pelo menos teoricamente, o seu Grupo Parlamentar estar com alguma desvantagem, no sentido de não terem nenhum Presidente de Câmara eleito na Comunidade, pelo PSD. Portanto, este documento aparece com alguns dias de estudo, o que não lhes permite uma leitura muito cuidada. De qualquer maneira parece-lhes que este documento releva de documentos passados da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e permitiu-se fazer um pequeno aparte em relação ao seu Concelho, porque Azambuja ainda não aparece neste documento, pois fala nas Águas do Ribatejo e esquece uma realidade que é esta: é que há um Concelho pertencente à Comunidade Urbana que não está integrado neste sistema de águas. Portanto, isto poderá pôr alguns problemas, quer no que diz respeito ao abastecimento de água, quer no que diz respeito ao tratamento de águas residuais. Como sabem, Azambuja está integrada nas Águas do Oeste e tem também um tratamento diferenciado em relação ao tratamento de resíduos sólidos. Vão esperar para ver, para fazerem uma avaliação continuada. Os valores que ali estão são de certo modo elevados. Espera que haja da parte do senhor Director um bom trabalho, porque desejam que isto sirva para, de uma maneira integrada, desenvolver os Municípios que fazem parte da Comunidade Urbana. -----

--- A primeira pergunta que colocou foi a seguinte: apareceu-nos para discussão na Assembleia Municipal de Azambuja um documento que trata da delegação de competências das Câmaras para a Comunidade Urbana. A pergunta é se a Comunidade Urbana, neste momento, se sente preparada, até em termos de quadros, para fazer face a estas competências? Isto porque o quadro que foi aqui aprovado há pouco tempo era um quadro que, na nossa perspectiva, não permitiria responder a todas estas solicitações. Como é que a Comunidade Urbana e a própria Direcção pretendem fazer face a este problema? Se é por

iniciativa de contratualizar estes serviços, de avenças ou de alargamento de quadro? Era bom que isso hoje ficasse respondido. -----

--- **O deputado Luís Martins** disse que gostaria de ser esclarecido sobre qual o âmbito do projecto que está designado por “Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento da Lezíria do Tejo – Primeira fase”. ----

--- Gostaria também de ouvir quais as necessidades sentidas pelos Municípios da Comunidade, para se levar a cabo um Estudo de Resíduos Sólidos Urbanos da Região. -----

---De igual modo, pensa que as perspectivas e os objectivos que levam a Comunidade a apontar para um Estudo de Mobilidade e Transportes da Lezíria do Tejo também seria interessante de serem aqui conhecidos.-----

--- Para além disso, gostaria de colocar a seguinte questão: todos os projectos, bem como medidas, aparecem com financiamento a 100%, à excepção da cartografia à escala 1:2000. Qual a razão de ser de só estar aqui contemplada a fonte de financiamento a 50%? -----

--- Por outro lado, face às verbas aqui explícitas, referiu que continuam praticamente a funcionar numa modalidade algo alargada de uma Associação de Municípios. Isto porque o financiamento destes projectos e destas medidas vem essencialmente da Administração Autárquica e dos Fundos Comunitários. Se não existissem Fundos Comunitários, grande parte daquilo que nos propomos fazer seria de todo impossível. Portanto, urge trabalhar no sentido de regionalizar e de criar órgãos nessas regiões que possam responder perante os seus eleitores e que tenham finanças próprias. -----

--- **O deputado Francisco Ferreira** disse ter algumas questões de números para esclarecer, uma vez que o Orçamento apresentado refere verbas elevadas, mas com uma descrição, para si, demasiado vaga. Analisado o Orçamento para o ano de 2005 na parte da despesa verificam que aparecem verbas de por exemplo 650 mil Euros descritas como “pessoal em qualquer outra situação”. Apesar de ter o código da conta e a descrição da conta, poderia ter uma apresentação relativamente a essas verbas de valor mais elevado,

como acontece por exemplo em “Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria – quatrocentos e sessenta e seis mil Euros”, “Outros Trabalhos Especializados – trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos Euros”, “Transferências Correntes para Sociedades e Quadros Sociedades Financeiras Privados – duzentos e quinze mil Euros” e “Transferência de Capital para Sociedades Privadas – quatrocentos e sessenta mil Euros”. São cerca de dois ou três milhões de Euros nestas descrições, que gostaria que fossem esclarecidas, no sentido de saber a que se refere cada uma delas, uma vez que no resumo apresentado das despesas aparece na verba Número Um “Despesas Correntes, Despesas com Pessoal – oitocentos e trinta e oito mil Euros”. Estão a falar de quase cento e sessenta mil contos/ano. Estão a falar do Quadro de Pessoal, não se inclui avançados ou outro tipo de prestação de serviços. -----

--- **O deputado Armindo Bento** disse estar perfeitamente de acordo que este Plano e Orçamento que aparece no contexto ainda de uma Associação de Municípios. De facto ainda não se evoluiu, até pelo seu financiamento. De qualquer maneira, quer realçar importantes medidas, que acha que são necessidade de todas as Autarquias de se dotarem com estes serviços. Refere-se às questões de higiene e segurança e também à existência dos respectivos coordenadores de segurança para as obras que realizam. Uma das grandes áreas que pode ser potenciada pela CULT é a formação dos quadros autárquicos necessários para a evolução e desenvolvimento das Autarquias.-----

--- Já se iniciou uma medida extremamente importante e que poderá ser estendida a outras situações, que são as economias de escala que se obtêm com a questão dos Seguros. E, porque não, pensar na criação de uma mediadora de seguros da própria Comunidade, à semelhança do que existe em algumas empresas. Tal vai obter, certamente, uma grande economia de escala na questão dos seguros. -----

--- Mais importante do que isso, acha fundamental um estudo estratégico para a Lezíria do Tejo, ou seja, definirem no contexto da região onde queremos ir, o

que queremos fazer e quais são as nossas capacidades como quadros. Este estudo pode ser uma visão estratégica de futuro para a Comunidade. -----

--- De qualquer modo, sabendo que o Governo não fez as transferências que devia ter feito para a Comunidade Urbana, nem estão previstas no Orçamento de Estado, queria perguntar se já há alguma definição de quais eram as áreas e respectivos meios financeiros que o Governo tencionava transferir para as Comunidades Urbanas. -----

--- **O Presidente da Junta da Comunidade Urbana Sousa Gomes** esclareceu, em relação a Azambuja, que esta fez uma opção de mudança de sub-região, da Área Metropolitana para a Comunidade. Digamos que, quando entrou na Comunidade, já apanhou alguns destes aspectos em andamento. Da parte de Azambuja havia alguns compromissos com outros sistemas, nomeadamente com as Águas do Oeste e dos resíduos sólidos. Portanto, no espírito da criação das Comunidades passou sempre a ideia de que a transferência de alguns serviços têm de ser feitos de forma progressiva, sem provocar traumatismos e à medida que se forem esgotando os compromissos que estiverem assumidos à altura da criação da Comunidade. Portanto, em relação às Águas do Oeste e dos resíduos é um pouco esta filosofia. O facto da Comunidade Urbana estar preparada não está nem pode estar, para receber muitas das competências que estão a ser transferidas. Mas há muitas delas que são vantajosas que sejam assumidas pela Comunidade Urbana, na medida em que proporcionam economias de escala e proporcionam a criação de alguns serviços que as Câmaras, cada uma por si, não pode vir a assumir. Não estando preparada, como é que a Comunidade os vai desempenhar? É evidente que com recurso a entidades privadas que já estejam credenciadas e que através de concurso possam ser prestadoras de serviços aos Municípios. Alguns dos exemplos que referiu já foram feitos dentro desta filosofia. Por outro lado, a Comunidade poderá vir ela própria a criar alguns serviços para responder a algumas necessidades. E aqui derivava para a transferência de competências da Administração Central. A Administração Central, e quanto a nós é uma lacuna

do sistema, não transferiu competências para as Comunidades Urbanas. Em reunião recente que tiveram com o Ministro das Cidades foi evidenciada a iniciação a alguns estudos, para que algumas competências da Administração Central sejam passadas. Duas delas foram referidas com grande ênfase por parte da Administração Central, que é a transferência dos impostos municipais – deixarem de ser feitos pelos serviços de Finanças e passarem para as Comunidades Urbanas – e a extinção dos GAT. No que toca à extinção dos GAT, disse que da parte da Lezíria é encarada com algum cepticismo. No entanto, por parte do Presidente da CCDR-LVT, e na sequência das disposições que tem recebido por parte do Governo, há muito empenhamento na extinção dos GAT. Aliás, há já propostas de legislação, que prevêm essa extinção. Se a CULT vier a absorver alguns dos técnicos que neste momento estão ao serviço dos GAT, é porque terá competências à sua responsabilidade que justificam a integração desses técnicos. Portanto, há aqui um trabalho prévio, para as Comunidades, em termos da absorção de alguns técnicos ao serviço dos GAT, que depende das competências que vierem a ser transferidas da Administração Central e de outras que a Comunidade entenda que devem ser criadas no seu seio e que justifiquem a admissão desse pessoal. Mas, ao nível da Comunidade Urbana da Lezíria, há grande cepticismo em relação a este processo de extinção dos GAT. -----

---É evidente que as transferências de competências dos Municípios foram aprovadas em cada uma das Assembleias Municipais e algumas delas estão a ser transferidas para a Comunidade Urbana. Mas para que cada um dos Municípios não crie, com grande peso com certeza nos seus orçamentos, corpos técnicos para responder a questões que são de pequeno volume de trabalho, tal está a ser protocolizado com a Comunidade Urbana, ao abrigo das transferências aprovadas pelas Assembleias Municipais. Portanto, há competências que neste momento ainda não estão a ser transferidas, mas progressivamente elas vão ser transferidas para a CULT.-----

--- Não é de estranhar que neste momento, ao fazer este Plano e Orçamento, ainda esteja subjacente nos nossos espíritos o facto de ter havido uma Associação de Municípios da Lezíria, que criou uma determinada dinâmica e que, ao ser extinta, com certeza que muitos dos serviços que a Associação de Municípios tinha, têm de passar para a Comunidade Urbana e estão patentes nestes documentos. A Comunidade Urbana deixou de se chamar Associação de Municípios, mas no seu espírito, ainda há muito do que é uma Associação de Municípios.-----

--- No que toca ao estudo para o sistema de resíduos sólidos urbanos da região, esclareceu que no Distrito de Santarém existem neste momento três sistemas de resíduos sólidos: em Almeirim, na Chamusca e em Abrantes. A Chamusca é o Concelho polarizador dos investimentos na área dos resíduos, visto que existia lá um sistema de resíduos sólidos domésticos. Neste momento está a entrar em funcionamento a central de triagem e a central de compostagem, e um aterro de resíduos industriais está também na calha para Azambuja. Os sistemas de Almeirim e de Abrantes poderão ser sistemas residuais, para resíduos domésticos. Em sua opinião os três sistemas deveriam ser abrangidos por um estudo que permitisse uma gestão comum, no sentido de os rentabilizar. Este estudo pretende encontrar uma solução desse tipo, que não sabem, neste momento, ser viável ou não. Mas sem fazerem o estudo também não podem chegar a conclusões. O estudo pretende fornecer elementos que fundamentem uma opção no futuro e a rentabilização dos vários sistemas de resíduos sólidos.

--- O Estudo de Mobilidade e Transportes para a Lezíria não é mais do que um estudo que pretende também encontrar soluções rentáveis e mais eficazes do que aquelas que hoje existem de sistemas de transporte intermunicipais, sendo que pretende também fazer o diagnóstico de alguns pontos fracos em cada um dos Concelhos. Isto no sentido de instalarem, se possível, sistemas de transportes intermunicipais, para que possam também melhorar, em cada Município, os sistemas que estão em vigor. -----

--- O sistema das Águas do Ribatejo e a sua abrangência, pensa que é mais em relação ao seu objecto. Com fundamento nas informações que cada Município prestou à Comunidade Urbana, pretende-se que o sistema de saneamento e abastecimento público de água, possa resolver aquilo que neste momento está pendente em cada Município, quer no que diz respeito a redes, quer no que diz respeito a estações de tratamento. Através do sistema pretende-se também atingir um objectivo, neste momento estabelecido pela União Europeia, que é o de que todos os aglomerados para além de 500 habitantes tenham os sistemas de saneamento a funcionar.-----

--- No que toca ao financiamento da Cartografia, ele está indicado de maneira diferente de outras obras inscritas porque o financiamento, para além desse que está inscrito, resulta de um protocolo celebrado com a PT que, sendo uma entidade privada, vai financiar aquilo que não está incluído no nosso Orçamento. As fontes de financiamento que constam do documento não prevêm, no escrito, o financiamento de privados, mas no que diz respeito à cartografia à escala 1:2000 há um acordo com a PT para o financiamento da parte não incluída em orçamento.-----

--- Falam na Assembleia de muitas questões de interesse para a região, querem ver consubstanciadas num documento que sirva de base à argumentação para a transferência de competências da Administração Central, mas também para fazerem pressão no bom sentido, para obter algumas das infra-estruturas e equipamentos que neste momento não existem na região. É por isso que está incluído no Plano para 2005 a elaboração do Plano Estratégico para a Lezíria. Esta elaboração não é mais do que a síntese de alguns estudos que já existem neste momento, a actualização de muitos dados que esses estudos contêm, mas também a recolha, quer através das Câmaras, quer através dos elementos que compõem a Assembleia, de questões que neste momento possam não estar ainda sustentadas em termos de argumentação junto da Administração Central. Esse documento pretende dar força à CULT para poder dialogar com

quem de direito, no sentido de obter aquilo que, nos tempos mais próximos, sintam que falta na nossa Comunidade.-----

--- As outras questões são mais em termos de números e, por esse facto, deu a palavra ao senhor Administrador Executivo.-----

--- **O Dr António Torres**, na qualidade de Administrador Executivo, usou da palavra para abordar, em primeiro lugar a questão da Cartografia a Escala 1:2000, e referiu ter sido assinado um protocolo com a PT, numa cerimónia pública onde esteve presente o Ministro das Cidades. A PT paga 50% da Cartografia, o POSI paga 40% e os 10% são repartidos por cada um dos Municípios. Portanto, a Cartografia está financiada a 90%. Ou seja, o contributo que os Municípios dão para a Cartografia 2000 é 10%.-----

--- Relativamente às verbas inscritas em termos de pessoal resultam de duas candidaturas que foram feitas ao POSI, nomeadamente os Espaços Internet da Lezíria do Tejo. Foram criados onze Espaços Internet, por imposição do POSI, cada Espaço deve ter dois monitores e é a Comunidade Urbana que assume os vencimentos dos monitores. A CULT assinou, por seu lado, um protocolo com cada uma das Câmaras, em que estas asseguram a contrapartida nacional. Estamos a falar de vinte e dois monitores, mas há também Espaços Internet em Samora Correia, Fazendas de Almeirim, Pernes, Amiais de Baixo, Alcanede, Vale de Santarém, Marmeleira, portanto são vários e a CULT assume esses vencimentos.-----

--- Na candidatura do Ribatejo Digital existem também onze colaboradores que fazem trabalho de campo e fizeram o levantamento funcional de toda a actividade económica dos Concelhos, que irá dar resultado, em termos de visibilidade, a um futuro Portal, que irá para o ar. Daí que estejam a falar de verbas consideráveis em termos de pessoal.-----

--- No que diz respeito ao “Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria” estão a falar de estudos que foram adjudicados, nomeadamente os que estão em curso. Estão em curso o Estudo de Mobilidade e Transportes, o Estudo Estratégico para a Lezíria do Tejo, a verba para a elaboração do projecto da

Ciclovia entre a Ribeira de Santarém e Valada, o projecto técnico de elaboração para a obra da 2ª fase da Vala de Alpiarça, a questão do estudo do Tecnopolo para a Lezíria do Tejo, as cartas temáticas, nomeadamente a elaboração das onze Cartas Educativas, das onze Cartas de Ruído para os Municípios. Estão também a falar do Estudo com que vamos arrancar para os Resíduos Sólidos, e ainda uma Consultadoria no âmbito do projecto Ribatejo Digital. Nos outros trabalhos especializados, as verbas inscritas reportam-se não só à elaboração do Portal e respectivos sites das onze Câmaras, mas também as verbas que estão previstas, porque vão arrancar com o concurso de Higiene e Segurança no Trabalho. As verbas inscritas foram inscritas em outros trabalhos especializados, as verbas com o trabalho desenvolvido ao nível da inspecção de elevadores e também verbas inscritas que estão designadas como novas competências e que têm a ver com um concurso para a obtenção de uma prestação de serviços para a fiscalização e manutenção de parques infantis, de antenas de rádio-comunicações. As Câmaras também têm a responsabilidade de fazer a fiscalização do gás das suas próprias infra-estruturas. Portanto é trazer aporte técnico para que as Câmaras cumpram com essas novas competências que lhes foram transferidas. -----

---No âmbito do Ribatejo Digital, a candidatura engloba os onze Municípios, a CULT, o Instituto Politécnico de Santarém, a NERSANT e existe também um protocolo e uma parceria com dois jornais regionais. É óbvio que a candidatura ascendeu a oito milhões de Euros, a componente da NERSANT são cerca de trezentos e cinquenta mil contos. Como dono da obra, a CULT é que apresentou a candidatura. A NERSANT, para o Portal da Inovação e da Competitividade e das Empresas, realiza as suas despesas e apresenta-as à CULT. São verificadas, validadas e apresentadas essas despesas ao POSI, o POSI transfere o respectivo FEDER e a CULT encaminha o FEDER que é transposto, quer para a NERSANT, quer para o Instituto Politécnico de Santarém, quer para os jornais regionais. Daí constarem no Orçamento essas

verbas, relativas às transferências para as Sociedades Privadas, que neste caso é fundamentalmente a NERSANT.-----

--- **O Presidente da Assembleia José Miguel Noras** colocou à votação o documento que foi aprovado por maioria, com sete abstenções.-----

--- Solicitou à Assembleia que todas as deliberações tomadas fossem consideradas aprovadas em minuta, para produzirem efeitos imediatos e deu por terminada a sessão da qual se lavrou a presente acta que eu, Maria da Graça Morgadinho, _____, redigi e subscrevi e vai ser assinada pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa. -----

---**O PRESIDENTE DA MESA**_____

---**O VICE PRESIDENTE DA MESA**_____

---**O VICE PRESIDENTE DA MESA**_____